



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

REQUERIMENTO

(Da Sra. LEANDRE)

Requer a realização de Audiência Pública para debater 'Educação na Terceira Idade'.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), sobre o tema 'Educação na Terceira Idade', com os seguintes convidados:

1. Profa. Dra. Meire Cachioni¹, Professora do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas; Coordenadora da Universidade Aberta à Terceira Idade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (UNATI - UNICAMP).
2. Sra. Ivana de Siqueira, Secretária da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) do Ministério da Educação.

¹ Profa. Dra. Meire Cachioni - graduada em Formação de Psicólogos e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (1989), mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1998), doutora em Educação - concentração em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (2002), e pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Professora associada da Universidade de São Paulo, docente do Curso de Bacharelado em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Coordena a Universidade Aberta à Terceira Idade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Tem experiência nas áreas de Psicologia, Gerontologia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: velhice e educação, psicogerontologia, gerontologia educacional, psicoeducação e o cuidado gerontológico. É líder do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gerontologia – NEPEG/CNPq, credenciado pela USP (texto informado pela autora - última atualização do currículo em 01/06/2016)



3. Sr. Jefferson Ricardo Ferreira Chaves, consultor da área XV (Educação, Cultura e Desportos) da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.
4. Fórum Nacional de Educação, criado pela Portaria Ministério da Educação n.º 1.407, de 14 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2010, e instituído por lei com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE).
5. Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira², presidente da Associação Brasileira das UNATI – ABRUNATI -; coordena o Curso da Universidade Aberta para a Terceira Idade e o Curso da Universidade Continuada para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa; coordena as linhas de Pesquisas intituladas Políticas Públicas e Educação permanente de Jovens, Adultos e idosos e Envelhecimento, maturidade e velhice.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1980) e Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação - Universidade de Santiago de Compostela (1998), revalidado pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999). Gerontóloga pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Pós Doutorado em Educação -Universidade de Santiago de Compostela (2011). Coordena o Curso da Universidade Aberta para a Terceira Idade e o Curso da Universidade Continuada para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente é Professora Associada C da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Vice Coordenadora e Professora do Mestrado e Doutorado em Educação (na UEPG), na linha de História e Políticas Públicas, com as disciplinas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação, Política e Sociedade e Espaços Educativos na sociedade brasileira, Teorias e Educação, Seminários de Tese. Coordena as linhas de Pesquisas intituladas Políticas Públicas e Educação permanente de Jovens, Adultos e idosos e Envelhecimento, maturidade e velhice. É bolsista Produtividade em Pesquisa - CNPq. Membro da Latin American Research Network on Ageing (LARNA) of the Oxford Institute of Ageing at the University of Oxford. Membro da Rede Iberoamericana de Programas Universitários para Adultos Maiores (RIPUAM). Membro Presidente da Associação Brasileira das Universidades Abertas da Terceira Idade (ABRUNATI). Membro Titular do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Ponta Grossa. Tem livros e capítulos de livros publicados versando sobre o tema educação permanente, envelhecimento, velhice, educação de jovens e adultos e políticas públicas. Possui experiência na área de Educação, atuando principalmente com os seguintes temas: educação permanente, educação de jovens e adultos, terceira idade, gerontologia, políticas públicas, universidade aberta, sociologia, fundamentos da educação e metodologia da pesquisa.



JUSTIFICAÇÃO

Projeções do Fundo de Populações das Nações Unidas indicam que uma em cada nove pessoas no mundo possui 60 anos ou mais e estima-se um crescimento para uma em cada cinco, por volta de 2050, ano em que, pela primeira vez, haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos. Em 2012, 810 milhões de pessoas tinham 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Estimava-se que esse contingente populacional alcançasse 1 bilhão em menos de dez anos e mais que duplicasse em 2050, alcançando 2 bilhões de pessoas ou 22% da população global.

No Brasil, segundo pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população idosa totalizava, em 2011, 23,5 milhões de pessoas, mais que o dobro do registrado em 1991, quando esta faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Simultaneamente, a participação da faixa com mais de 65 anos avançou de 5,9% em 2000 para 7,4% em 2010. Na comparação entre 2009 e 2011, o grupo aumentou 7,6%, ou seja, registrava mais 1,8 milhão de pessoas. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até quatro anos no país caiu de 16,3 milhões, em 2000, para 13,3 milhões, em 2011 e destacava-se a feminilização da velhice.

Este envelhecimento veloz da população, no mundo e no Brasil, se deve ao crescimento populacional mais baixo, aliado a menores taxas de natalidade e fecundidade, e à ampliação da expectativa de vida. Não por acaso, desenvolvem-se hoje, em toda parte, diversos estudos sobre os fatores que influenciam na qualidade de vida dos idosos, com destaque para os programas culturais e da chamada educação permanente ou educação para a vida inteira.

Entendemos estar mais do que na hora de promovermos, nesta Câmara dos Deputados, um debate sobre esta temática. Para isso, propomos a realização desta Audiência Pública, para a qual solicito o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em de agosto de 2016

Leandre
Deputada Federal
PV/PR